

Um jornal está fazendo escola (GILBERTO DIMENSTEIN)

ATÉ POUQUÍSSIMO tempo atrás ninguém diria que um jornal seria uma escola para se estudar sobre assuntos tão variados como música erudita, vinhos da Califórnia, câncer, diabetes, funcionamento do cérebro, criação de blog, energia nuclear, história da arquitetura asiática, arte africana, comércio eletrônico ou urbanismo.

Esses são apenas alguns dos cursos à distância oferecidos pelo "The New York Times", muitos deles em parceria com universidades, que atraem alunos de várias partes do mundo. Além dos professores universitários, as aulas são ministradas pelos jornalistas e colaboradores do jornal. "É um segmento que vamos ampliar cada vez mais, as matrículas não param de crescer", afirma Felice Nudelman, responsável pelos projetos educacionais daquele grupo editorial.

Minha suspeita é de que estamos diante de uma nova fronteira do conhecimento: a fusão das linguagens da educação com comunicação. É sabido como empresas jornalísticas têm realizado pesados investimentos, como no Brasil, para ganhar o mercado de livros didáticos e sistemas de ensino. No caso do "The New York Times" há um diferença: com a ajuda das universidades, eles estão fazendo da redação uma espécie de sala de aula, onde jornalistas viram professores e leitores, alunos. Na quinta-feira passada, aliás, eles reuniram 400 educadores de todos os continentes para discutir como as novas tecnologias estão moldando o jeito que se aprende e se ensina.

A novidade reflete a ansiedade generalizada nos meios de comunicação diante das incertezas geradas pelas novas tecnologias, estimulando os mais variados tipos de apostas para agarrar o leitor. Um dos melhores resumos que ouvi sobre essa ansiedade veio do jornalista Joshua Benton, responsável por um observatório em Harvard focado nos impactos das novas tecnologias na mídia. "Vivemos um momento extraordinário para o jornalismo. E terrível para os jornalistas". Nunca se teve tanto acesso a notícias. Mas também nunca se teve tanta insegurança sobre as regras para sobreviver.

Certamente não ajudou a reduzir o clima de ansiedade a recente descoberta na Universidade Northwestern, nos Estados Unidos: um software capaz de redigir notícias sem ajuda de humanos. O programa foi batizado com o sugestivo nome de Monkey (Macaco). Nessa corrida, o "The New York Times" contratou cientistas e montou um laboratório para testar novas maneiras de disseminar informação. Dali surgiram um espelho e uma mesa que transmitem as notícias enquanto escovamos os dentes ou tomamos o café da manhã.

Na quinta-feira passada, o Facebook anunciou uma série de inovações para facilitar o compartilhamento de filmes, músicas e notícias. Entre outros acertos, fechou uma parceria com o "The Washington Post" e Yahoo!. A ideia, em síntese, é fazer de seus amigos curadores de conteúdos. Não por outro motivo, a Google está investindo pesado em redes sociais, temendo que seu mecanismo de busca pessoal perca força.

Não se sabe qual a regra do jogo que vai vencer. Mas o que se sabe é que a demanda por conhecimento não vai parar de crescer. Como estamos na era da aprendizagem permanente, não se pode parar mais de estudar se não quiser ficar desatualizado. Vive-se mais e com mais saúde. As livrarias podem desaparecer, como estão desaparecendo em várias cidades. Mas a necessidade de livros não vai diminuir. Não é à toa que muitas livrarias imaginam que, para sobreviverem, terão de se transformar em centros culturais e educativos.

Em meio à abundância vertiginosa de dados, cresce a demanda de seleção sobre o que é relevante. Aí reside a fronteira entre a informação e o conhecimento. Nenhuma forma de seleção consegue ir tão a fundo, relacionando fatos e conceitos, como o processo educativo numa sala de aula real ou virtual. Informação pode-se pegar em qualquer lugar: se quiser ver as aulas do MIT, sem pagar nada, basta apertar o botão do computador. Transformar isso em aprendizagem é outra coisa.

Certamente, nesse jogo de busca de seleção não vai faltar espaço para quem ajuda a contextualizar uma informação, gerando conhecimento. Por isso a minha suspeita de que a escola do "The New York Times" é uma aposta consistente numa nova linguagem, misturando Redação com sala de aula.

PS - Para quem quiser aprofundar essas informações, coloquei no www.catracaalivre.com.br mais detalhes sobre os cursos e o laboratório de novas mídias do NYT; o Monkey, desenvolvido pela Northwestern; os cursos gratuitos oferecidos pelas universidades americanas; o observatório de jornalismo on-line de Harvard.

GILBERTO DIMENSTEIN é jornalista e escreve para esta coluna semanalmente. **Folha de São Paulo, setembro de 2011.**

Princesa, cangaço e unanimidade (MALU FONTES)

NA HISTÓRIA recente da teledramaturgia brasileira, conquistar e manter cada ponto nos índices de audiência exige das emissoras de televisão encantar continuamente milhões de telespectadores que hoje têm trocentas opções ao alcance do controle remoto. Neste cenário, o horário das seis, mesmo na emissora líder de audiência, costuma ser mais do que ingrato para qualquer autor de telenovela. O horário, já tido e havido, desde sempre, como o menos nobre da grade que ensanduicha telejornais entre uma e outra novela, herda um público meso púbere da soap opera à brasileira que atende pelo nome de Malhação e pega um público novo meio indefinido, formado pelas pessoas que conseguem chegar da escola ou do trabalho a tempo de ver algumas cenas.

O público herdado de Malhação, em tese, tende, nesse horário, a migrar para a frente do computador ou de qualquer outra tela onde possa conversar on line com amigos da mesma idade. Nesse panorama, *Cordel Encantado* (cujo último capítulo foi exibido na última sexta-feira), a novela global das seis que revolucionou a estética do gênero no horário e conquistou de braçadas a fidelidade de um público intergeracional e de todas as classes sociais, foi uma prova e tanto do quanto criatividade era algo raro de se ver no gênero nos últimos tempos. O telespectador adorou de fazer brilhar o olho como luxo estético e dramático de um folhetim que parecia reunir coisas improváveis, elementos que em mãos erradas poderiam virar um panelada sem estilo, coerência e identidade.

BUFÕES - Ao juntar sobre a terra seca e árida do semi-árido do Nordeste elementos aparentemente inconciliáveis, como estética de cinema num horário em que o público não é tido como sofisticado, arquétipos seculares como rainhas e reis ameaçados pela maldade de vilões atormentados, cruéis ou bufões e cangaceiros justiceiros que só 'relam' a mão em quem faz o povo sofrer, as autoras Duca Rachid e Thelma Guedes deram um presente de bom gosto e inesperado ao público do horário e inscreveram seus nomes definitivamente na história da telenovela brasileira, a mais rica, a mais cara e a mais sofisticada do mundo.

A beleza plástica, cenográfica e estética do tipo da vista em *Cordel Encantado* era coisa rara na televisão quando se falava em telenovela. A trama lançou mão de um tipo de linguagem e rebuscamento de imagens raramente dadas aos (mais)exigentes telespectadores de minisséries exibidas em poucos capítulos e invadindo a madrugada. É impossível ver Cordel e não ver nela o que havia de melhor das minisséries da emissora adaptadas da obra ímpar de Ariano Suassuna, do talento preciosista e perfeccionista de Luís Fernando Carvalho, do humor e da leveza dos produtos do Núcleo Guel Arraes. E tudo isso embalado sob a forma de novela, e das seis, a mais comum das traduções para o produto para as massas a quem supostamente se pode dar algo nem tão sofisticado assim.

FEIA - O fato é que, enquanto a eterna menina dos olhos da Rede Globo, o novelão das nove, briga com a novelinha das sete para definir perante o público quem criou primeiro ou melhor o papel da heroína feia, pobre, íntegra e rejeitada pelo filho alpinista social e estudante de medicina (Kássia Kiss, na novela das 19h, de Walcyr Carrasco, e Lília Cabral, na das 21h, de Aguinaldo Silva), o telespectador apostava todas as fichas mesmo era no produto azarão, o das seis.

Na trama, tudo parecia irretocável, dos diálogos bem humorados à trilha sonora irretocável, do guarda-roupa dos cangaceiros aos nomes inspiradíssimos e impagáveis dos personagens, como Zóio Furado e a Rainha Mãinha. Sem falar na originalidade de, contrariando a tradição realista da telenovela brasileira, encenar uma fábula com todos os arquétipos dos contos de fadas e associar dois reinos fictícios, um europeu, Seráfia, e um sertanejo, Brogodó, palavra que em si parece grudar como visgo no repertório de qualquer telespectador. Tinha de tudo: amor, romantismo, humor, misticismo, cultura popular e um elenco afinado como há muito não se via. Havia tipos para todos os gostos do consumidor de folhetim: padre, profeta, cangaceiro fazendo as vezes de Lampião e seu bando, prefeito desonesto, marido traidor, mulher encalhada, delegado covarde e um vilão insano. Para os telespectadores agora órfãos, *Cordel* só tem um defeito: não oferecer uma versão disponível em DVD na seção de vídeos das livrarias.

MALU FONTES é jornalista, doutora em Comunicação e Cultura e professora da Facom-UFBA. Texto publicado originalmente em **25 de setembro de 2011, no jornal A Tarde**, Salvador/BA. maluzes@gmail.com

É disso que o povo gosta? (MALU FONTES)

COM A POPULARIZAÇÃO da Internet e, sobretudo, com o sucesso das redes sociais, hoje os telejornais têm muito mais possibilidades de mensurar o quanto determinados temas abordados sob a forma de notícia caem ou não no gosto do telespectador. Se antes da febre das redes sociais já se falava em notícias de interesse público (aquelas que se relacionam a fatos que dizem respeito à vida de todos os cidadãos) e notícias do interesse 'do' público (aquelas que dizem respeito à vida das celebridades e a *fait divers* e que só são veiculadas para inflar a audiência), hoje pode-se dizer que há um terceiro fenômeno em curso: as notícias de interesse público ou interesse 'do' público que passam a fazer parte de uma terceira agenda: a agenda da audiência do público específico das redes sociais.

O fato de um tema abordado nos fóruns noticiosos tradicionais ter bombado no *Twitter* ou no *Facebook*, por exemplo, não significa necessariamente que as notícias relacionadas a ele tenham tido o mesmo nível de repercussão

pública na vida social off line. A audiência das redes sociais talvez venha a adquirir uma equivalência à da televisão, mas ainda não são a mesma coisa. Há, portanto, uma agenda pública e uma agenda do público das redes sociais. Entretanto, mesmo que o conceito de audiência da televisão ainda não sirva para traduzir nos mesmos termos a audiência e repercussão nas redes sociais, é fato que as redes são, sim, um poderoso instrumento de aferição do que ganha repercussão.

SOVACO - Com as time lines das redes sociais, muito da incredulidade de parte dos telespectadores sobre as razões de algumas emissoras darem destaque a esse ou aquele tema pode, agora, encontrar algumas respostas diante do tamanho da repercussão desses nas redes. Recentemente, por exemplo, uma matéria produzida por Patrícia Nobre pela TV Bahia e exibida no Jornal Hoje em poucas horas estava nos trend topics do Twitter, comentada por milhares de pessoas no país inteiro. O tema? Esmaltes. Sim: cores da moda, dicas de conservação para não fazer bolinhas, fórmulas para durar na unha, etc. Naquele dia essa foi a matéria que mais repercussão gerou. Ou seja, enquanto muito telespectador que faz o tipo profundo deve ter achado o Ó uma matéria grandona sobre esmaltes e mulherzinhas, um exército de gente foi ao paraíso com a abordagem e a emissora teve como ficar sabendo disso.

Um outro exemplo recente de que há muito mais razões entre as notícias que caem na boca do povo e o nível de interesse que elas possam conter do ponto de vista do interesse público foi a estrondosa repercussão adquirida pelo caso da Mulher-Ketchup, o episódio ocorrido no interior da Bahia, em Pindobaçu, em que Erenildes Aguiar Araújo, 32 anos, forjou a própria morte lambuzando-se de ketchup e posando para fotos passando-se por um cadáver com uma peixeira embaixo do sovaco. O objetivo foi dividir o cachê como o matador contratado para eliminá-la e, de sobra, divertir-se aparecendo viva para a mandante do crime, a amante de seu marido.

BELISCO - Soube-se que, em Salvador, ao dar pela primeira vez a notícia da Mulher-Ketchup, alguns âncoras de telejornais tiveram que beliscar-se com força sob a bancada para não cair na gargalhada. Do lado de cá da tela, certamente muita gente deve ter se perguntado por que tamanha bizarrice mereceria destaque no telejornal local. Menos de uma semana depois, no entanto, o caso não havia adquirido uma superdimensão apenas local, mas nacional, internacional. Foi parar na capa de portais de grandes jornais internacionais, como o Guardian, o Daily Mail e abriu a edição do Fantástico do último domingo, com direito ao envio a Pindobaçu, pela Rede Globo, do repórter de rede, o grifado José Raimundo, para entrevistar os principais personagens da trama. Como ocorre sempre que se trata da Globo, é claro que em dois tempos a produção convenceu todo mundo a falar diante das lentes globais do Fantástico, até mesmo a envergonhada mandante. Coisa rara é achar quem não aceite falar com a Globo.

A moral da história é que, como veículos comerciais que são, eivados de todo o talento do mundo para ganhar dinheiro à custa da venda dos olhos dos telespectadores para os anunciantes, as emissoras de televisão podem até desagradar os mais exigentes ao colocar bandas rastaqueras nos estúdios dos seus telejornais, ao eleger temas ociosos para suas matérias e ao mandar um ex-jogador de futebol negro pular muro para 'invadir' casa de famosos do esporte. Mas que elas sabem o que estão fazendo, ah, como sabem...

O MUNDO É RASO - Os telespectadores que fazem o tipo profundo podem até fazer muxoxo com as formas das coisas televisivas como elas são, mas é bom registrar e corticalizar: "Edilson que o povo gosta, Edilson que o povo quer". Não é, TV Bahia? Sim: a audiência pauta o conteúdo. Simples assim. E numa prova de que a superioridade está sempre na vida do vizinho, o caso Ketchup atingiu o posto de assunto mais lido do Guardian no dia em que foi veiculado. Ou seja, nem os ingleses estão tão a fim assim de profundidades. O mundo é cada vez mais dos rasos.

MALU FONTES é jornalista, doutora em Comunicação e Cultura e professora da Facom-UFBA. Texto publicado originalmente em **02 de outubro de 2011**, no jornal A Tarde, Salvador/BA. maluzes@gmail.com

A internet brasileira em risco (EDUARDO PARAJO)

ESTÁ OCORRENDO uma guerra silenciosa na internet brasileira. De um lado, mais de 6.000 provedores de acesso, serviços e conteúdo de internet - em sua maioria pequenas e médias empresas estabelecidas em mais de 4.000 municípios. Do outro, as poderosas concessionárias operadoras de telefonia, as teles, responsáveis por 80% do mercado de infraestrutura.

Os provedores defendem a manutenção do modelo atual, regido pela norma 4 de 1995, que prevê a separação entre telecomunicações e provimento de acesso/contéudo. Esse modelo estipula que a tele pode vender acesso à internet, desde que por meio de empresa autônoma. A intenção original da norma foi permitir que provedores que não fazem parte dos poderosos grupos das teles pudessem demandar isonomia no uso da infraestrutura das teles.

Por que as teles não querem continuar a prestar serviços por meio desse modelo transparente? A resposta: porque pretendem eliminar de vez a concorrência. Há anos as teles vêm pressionando o governo e a Anatel para que seja revogada a norma 4. Além da telefonia e da TV a cabo - serviço que vão explorar com a sanção do PLC 116-, elas querem trazer para a rubrica das telecomunicações os serviços de valor adicionado (como são classificados os serviços dos provedores). Que fique claro: o consumidor sempre pagou e vai continuar pagando pelo provimento de acesso. Tecnicamente, não existe internet sem provedor. Esse foi um jargão inventado pelas teles para enganar os

consumidores e abocanhar sozinhas mais essa parcela do mercado. Difícil acreditar que concentrar em algumas poucas grandes companhias (por sinal, líderes em reclamações nos Procons) um serviço hoje prestado por 6.000 empresas seja uma mudança positiva para o país.

Há discussões mais importantes a fazer: a melhoria das redes, o compartilhamento e a neutralidade no uso das redes, para garantir a não discriminação do conteúdo trafegado na internet. Esses tópicos é que são responsabilidade das teles e da Anatel. O governo e a opinião pública são algumas vezes influenciados pelo discurso fácil e demagógico das teles, segundo o qual os serviços dos provedores seriam restritos à autenticação dos usuários, o que as teles fariam "de graça". Na verdade, os provedores fazem um trabalho de verdadeira inclusão, oferecendo, à parte o serviço de autenticação, segurança, e-mails, hospedagem de sites, resolução de nomes "dns" e atendimento ao internauta -além de uma enorme variedade de conteúdos.

Com o modelo vigente, o Brasil já tem mais de 81 milhões de internautas, sendo metade das classes C/D e E. O mercado de provedores é responsável por mais de 150 mil empregos, que deixarão de existir com essa etapa final da concentração. O Brasil, hoje referência na produção de conteúdo em português na rede, corre o risco de simplesmente transferir para as teles -a maioria, de capital estrangeiro- a internet e o conteúdo de qualidade, já que os provedores que conhecemos não terão mais como viabilizar suas atividades.

EDUARDO PARAJO é presidente do conselho consultivo da Associação Brasileira de Internet (Abranet). **Folha de São Paulo, setembro de 2011.**

Religião sustentável (LUIZ FELIPE PONDÉ)

RECEBEMOS, recentemente, a visita do líder religioso budista tibetano Dalai Lama. Os iniciados tiveram surtos místicos? Nada contra ele. De fato, o líder budista tem uma imagem positiva no Ocidente, ao contrário do papa Bento 16, que é visto como conservador. O Dalai Lama defende tudo que gente legal defende: o verde, a tolerância com o "outro", um capitalismo do bem, enfim, uma religião sustentável nos termos que ocidentais que migram pra religiões orientais costumam gostar, ou seja, de baixo comprometimento religioso. Além de, nela, não ter nenhum parente chato.

Uma religião sustentável é uma religião na qual ninguém tem de sustentar nada além de uma dieta balanceada, uma bike legal e um pouco de meditação durante a semana. De empresários "do bem" aos falantes da língua tibetana, muita gente correu pra ouvir essa sabedoria "estrangeira". Religiões são sistemas de sentido. A vida, aparentemente sem muito sentido, precisa de tais sistemas. A profissão pode ser um. A dedicação aos filhos, outro. A história, a natureza, grana também serve. Enfim, muita coisa pode dar sentido a uma existência precária como a nossa, mas nada se compara a uma religião.

Para funcionar, as religiões têm de garantir crenças e constranger comportamentos a partir de liturgias, mitos, exercícios de poder sacerdotais e regras cotidianas munidas de "sentido cósmico". Você não "acessa" o sentido oferecido sem "pagar", com a própria adesão, o pacote completo. Isso serve para o catolicismo e para o budismo, ao contrário do que pensa nossa vã filosofia "nova era". No Oriente, o budismo é uma religião como qualquer outra, cheia de vícios e abusos. A crítica à religião no Ocidente passou pela mão de grandes pensadores. Freud disse que religiosos são obsessivos que não sobreviveram bem à falta de amor incondicional da mãe e à miserável castração do pai verdadeiro, daí creem num Deus todo-poderoso que os ama.

Nietzsche identificou o ressentimento como marca dos religiosos que são todos uns covardes. Feuerbach sacou que Jesus é a projeção alienante de nosso próprio potencial.

Marx acrescentou que essa alienação é concreta e que se ganha dinheiro com isso. Enfim: o religioso é um retardado, ressentido, alienado e pobre, porque gasta dinheiro com o que não deve, a saber, os "profissionais de Deus". O que eu acho hilário é como muito "inteligentinho" acha que o budismo seja uma religião diferente das "nossas". Ela seria sem "vícios" e "imposições". Pensam, em sua visão infantil das religiões orientais, que dramas sexuais só afetam celibatários de Jesus e não os de Buda, e que o budismo, por exemplo, é "legal", porque não tem a noção de pecado. O budismo ocidental que cultua o Dalai Lama é o que eu chamo de budismo light. O perfil desse budista light é basicamente o seguinte.

Vem de classe social elevada, fala línguas estrangeiras, é cosmopolita, se acha melhor do que os outros (apesar de mentir que não se acha melhor, claro), tem formação superior, mora na zona oeste ou na zona de sul de São Paulo, come alimentos orgânicos (caríssimos) e é altamente orientado para assuntos de saúde do corpo (um ganancioso com a vida, claro). E, acima de tudo, acha sua religião de origem (judaísmo ou catolicismo, grosso modo) "medieval", dominada pelo interesse econômico, e sempre muito autoritária. Na realidade, as causas da migração para o budismo light costumam ser um avô judeu opressivo, uma freira chata e feia na escola e uma revolta básica contra os pais.

Em extremos, a recusa em arrumar o quarto quando adolescente ou um escândalo de pedofilia na Igreja Católica. Além da preguiça de frequentar cultos e de ter obrigações religiosas. Enfim, essas são a bases reais mais

comuns da adesão ao budismo light, claro, associadas à dificuldade de ser simplesmente ateu.

A busca por uma espiritualidade light é como a busca por uma marca de jeans, uma pousadinha numa praia deserta no Nordeste ou um restaurante de comida étnica da moda. A espiritualidade do budismo light é semelhante a uma Louis Vuitton falsa. Brega.

ponde.folha@uol.com.br - Folha de São Paulo, setembro de 2011.

Dilma na Europa. Antes que acabe (CLÓVIS ROSSI)

SINAL DOS tempos: na segunda-feira, quando a presidente Dilma Rousseff sentar-se para jantar com a cúpula europeia, em Bruxelas, o complexo de vira-lata, que era uma característica do brasileiro, segundo o teatrólogo Nelson Rodrigues, estará do lado europeu da mesa, tantas são as críticas e exortações ao velho continente para que ponha sob controle sua crise.

Um negociador brasileiro de larga experiência relembra, a respeito, que, em muitos momentos anteriores, os brasileiros tinham muita dificuldade em expor seus pontos de vista, porque eram sempre cobrados para pôr a casa em ordem. Agora, em recente reunião de um dos mais de 20 diálogos setoriais que mantêm Brasil e União Europeia, foram os brasileiros que sugeriram aos europeus mecanismos de estímulo ao crescimento, visto que a obsessão com os ajustes fiscais está minando as economias de quase toda a Europa.

Pelo que disse na ONU, é razoável supor que a presidente Dilma Rousseff insistirá nesse ponto durante o jantar de segunda-feira, que abre ritualmente o encontro de cúpula entre os dois "parceiros estratégicos", rótulo que se está usando com muita prodigalidade na diplomacia global, mas que, no caso, corresponde, sim, aos fatos.

Na terça, dá-se o encontro propriamente dito, após o que a presidente inaugura o Europália, festival anualmente promovido pela Bélgica que, neste ano, homenageia o Brasil. Trata-se de ampla coleção de eventos culturais, a se desenvolver de outubro a março de 2012. A visita a Bruxelas, capital informal da Europa, não deixa de ser simbólica a respeito das prioridades da diplomacia brasileira no atual governo: Dilma recebeu o presidente dos Estados Unidos, visitou a China e agora vai à União Europeia. Não por acaso, as três grandes potências globais.

É verdade que, antes de tudo, viajou a Buenos Aires, mas dá a sensação de que foi mais o que os argentinos chamam de "saludo a la bandera". Ou seja, a atenção formal ao vizinho, mas com a certeza de que o Brasil hoje joga em outra divisão. A viagem a Bruxelas quase pode ser enquadrada na categoria "visite a Europa antes que acabe". É sintomático do mal-estar europeu o título de capa do suplemento econômico do "Monde" ontem: "Schuman, desperte, eles ficaram loucos", apelo desesperado a Robert Schuman, considerado um dos pais da unificação europeia. Continua o título: "A explosão da zona euro não é mais um tabu".

Reforça Andreu Misseu, correspondente de "El País" em Bruxelas: "A falta de solidariedade está apagando a ideia de Europa". Nesse cenário, até um suposto plano grandioso de resgate, anunciado ontem pela BBC, acaba embaçado. A emissora britânica informou que a Europa pretende quadruplicar os recursos para seu fundo de resgate, levando-os a impressionantes € 2 trilhões (um Brasil inteiro), além de permitir que a Grécia dê um calote em metade de sua dívida.

Se esse plano existe de fato e se sobreviver até o início da próxima semana, certamente terá o apoio de Dilma, que não esconde que sua grande preocupação do momento é com a crise cujo epicentro está na Europa, sua próxima escala global.

rossi@uol.com.br – Folha de São Paulo, setembro de 2011.

Como escolher um psicanalista (FRANCISCO DAUDT)

MEU ASSUNTO é como escolher um psicanalista, alguém que vai cuidar de você com o instrumental que Freud inventou. Você o contrata e consome um serviço de saúde.

"Que barbaridade, pensar no cliente como consumidor!" Sinto muito se feri suscetibilidades, mas acompanhe.

Clínica: do latim, "inclinar-se", para observar e entender. Pratico clínica psicanalítica há 35 anos. Fui consumidor do serviço por oito, com dois psicanalistas diferentes. É prestação de serviço mesmo: eu pagava (caro) e recebia 50 minutos de suposta atenção. Assim como quando fui pai tentei me lembrar do que, quando criança, funcionava ou não no jeito de meus pais, quando me tornei analista prestei atenção no que me fez bem e mal como cliente. Aprendi com erros e acertos de meus psicanalistas.

Gosto de clareza, transparência, do que é lógico, razoável. Se você gosta de obscuridades e esoterismos pule este artigo. Não é tua praia. Afinal, psicanálise veio para explicar ou confundir? A coisa é simples: quantos psicanalistas são necessários para trocar uma lâmpada? Um só, mas é preciso que a lâmpada queira muito ser trocada. Procurei a psicanálise porque me sentia mal comigo mesmo e queria me sentir bem. A pergunta seguinte era: o profissional teria o mesmo objetivo? Queria me fazer sentir melhor com o seu instrumento terapêutico? Parece uma pergunta besta? Não é! Há vários psicanalistas não comprometidos com a melhora dos seus pacientes (que dirá com a

Prof. Lucas Rocha

cura dos seus sintomas).

Eles têm como meta "a reflexão sobre os enigmas do seu funcionamento psíquico" ou, pior, "a sua aceitação da castração" (calma, explico, é assim: "O mundo é duro mesmo e você deve aceitá-lo como é, sem esperar colinho de mãe, que é o mesmo que querer roubá-la de seu pai, representante do mundo cruel. Tenha horror do incesto, o complexo de Édipo"). Escolher um psicanalista não é mesmo fácil. Aqui vão algumas sugestões, se você ainda não largou a leitura deste blasfemo insolente, desta pessoa desprezível pela sua linguagem chã que qualquer um pode compreender.

INDICAÇÃO

Pode vir de um amigo que tem se sentido melhor com seu tratamento. Pode vir de artigos que você leu e te deram alívio e compreensão, assinados pelo cara. Ou de livros que ele escreveu, entrevistas que ele deu etc.

PRIMEIRO CONTATO

Em geral, é pelo telefone. Impressionante o que se pode aprender sobre o outro num telefonema: se é acolhedor; se é pomposo ou simples; se você se sente bem ou constrangido; se vai te atender logo ou "talvez, se abrir uma vaga nos próximos meses". Só vá à entrevista se você se sentir bem com ele ao telefone. De desconforto basta a tua vida, você não precisa pagar (caro) por ele!

PERPLEXIDADE

Se o doutor Fulano te disser algo que você não entenda, se falar complicado a ponto de você achar que é burro, desista: não serve para você.

MUDEZ

Se doutor Fulano ficar te olhando quando você quiser saber algo na entrevista, as chances são de que ele ficará mudo durante a terapia. Por que você há de pagar (caro) para quem não diz nada? É teu trabalho se entender? Então fale para o espelho. É mais barato.

CONTRATO

Sinta-se confortável com um contrato claro sobre tempo de sessão e custos. Pergunte sobre férias (suas e dele). Pergunte sobre pontualidade (há poucas coisas mais constrangedoras do que encarar colegas numa sala de espera). Você tem mais o que fazer na vida, e é uma falta de respeito fazer cliente esperar tendo hora marcada.

AO FIM DA SESSÃO

Não deixe ninguém te convencer que sair aos prantos e arrasado significa que a sessão foi "funda e produtiva". Só significa que o terapeuta colocou mais dor naquilo de que você já se acusava. Ele quer que você se arrependa. É mais barato procurar o confessionário da igreja católica.

SENSO DE HUMOR

Se sentir falta de humor na sua terapia, significa que seu analista gosta de drama, e o drama é parte integrante e agravante dos seus sintomas. Vá embora! Parte da cura é não se levar tão a sério, não se achar (e a ninguém) tão importante. Dentro de cem anos, lembre-se, estaremos todos mortos. E faz parte do meu imaginário aparelho humificador: amanhã este artigo será papel de embrulhar peixe...

FRANCISCO DAUDT, psicanalista e médico, é autor de "Onde Foi Que Eu Acertei?" fdaudt2@gmail.com.br - Folha de São Paulo, setembro de 2011.

Pelo pragmatismo no combate às drogas (FERNANDO GROSTEIN ANDRADE)

NÃO SOU especialista, mas algumas coisas ficaram claras ao entrevistar 178 pessoas pelo mundo para o filme "Quebrando o Tabu". Ouvi de narcoguerrilheiros a dependentes, de médicos honestos a picaretas, policiais idôneos ou corruptos, prostitutas, artistas, presidentes, detentos e republicanos. Quer ganhar uma eleição? Basta declarar guerra às drogas. Insistimos nisso há 40 anos.

Dependentes continuam dependendo; violência, corrupção e drogas são ilegais, mas estão cada vez mais disponíveis e perigosas. É a lei da oferta e da demanda. Alguém ainda acha que um dia não vai mais existir gente querendo alterar a consciência? Por que repisar o impossível, a erradicação da oferta? Porque rende votos, rende dinheiro para a indústria de armas - e de quebra, ainda serve para encoleirar aqueles que alguns veem como "indesejados".

Vamos encarar a questão de frente. Uma opção é transferir a oferta dos barões, lacaios e peões, que visam ao lucro a todo custo, para as mãos dos médicos, empenhados em proteger a saúde, oferecer tratamento e, de fato, desestimular a demanda. Isso valeria especialmente para os dependentes ou usuários. Para os que não entram nessas categorias, a chave é a prevenção. Mas não adianta vir com campanhas feitas por policiais e psicólogos caretas querendo brincar de Halloween. Não funciona.

Prof. Lucas Rocha

São quatro os pontos fundamentais. As substâncias são diferentes. Crack e maconha são tão iguais quanto lenha e plutônio. A contextualização é fundamental. Caipirinha com amigos é uma coisa. Pinga para trabalhar é outra. Há que considerar também a frequência. Fumar um baseado no Réveillon é diferente de fumar três vezes ao dia.

E, finalmente, cada organismo opera de uma forma. Para uns, uma cachaça não tem nada de mais, para outros é o começo da ruína com o alcoolismo. Idem para a relação de causa e efeito entre um baseado e a esquizofrenia. E não adianta querer se enganar. Existe, sim, um nível de consumo (muito difícil de definir) em que algumas drogas podem não fazer mal. O que jamais significa que não existe perigo.

Mais importante é perceber que todos temos nossas angústias e crises -um fogo que pode queimar ou levar adiante. Por isso, quadras de esporte na periferia, orquestras como o Projeto Guri, aulas de teatro, mangá ou computação, livros, cinema, terapia e até religião são, sim, poderosos mecanismos preventivos. Por último, não é coincidência que, tanto no Brasil quanto nos EUA, a maior parte dos presos cumpra pena por tráfico de drogas e seja afrodescendente.

É racismo, velado ou inconsciente, mas as evidências empíricas são claras. Aquela moça com dez quilos de pó não é a dona. É "mula". Depois de presa, são altas as chances de se graduar na bandidagem. Ou alguém acha que dependente se reabilita na cadeia? Aí dizem que não tem dinheiro para tratar. Há dinheiro para prender, mas não para tratar? Não é óbvio que mais barato do que prender é tratar, incluir? Temos que aprender com ONGs como o AfroReggae, que reabilita em vez de marginalizar.

FERNANDO GROSTEIN ANDRADE é cineasta e sócio da produtora Spray Filmes; dirigiu os documentários "Quebrando o Tabu" e "Coração Vagabundo". **Folha de São Paulo, setembro de 2011.**

Aproveitar a vida e suas dores (CONTARDO CALLIGARIS)

Com frequência, em conversas e entrevistas, alguém me pergunta o que penso da felicidade - obviamente, na esperança de que eu espinafre esse "ideal dominante" de nossos tempos. Na verdade, não sei se a felicidade é mesmo um ideal dominante.

Claro, o casal e a família felizes são estereótipos triviais: "Com esta margarina ou com este carro sua vida se abrirá num sorriso de 'folder' ou de comercial". Mas ninguém leva isso a sério, nem os que declaram que tudo o que querem é ser felizes. Se alguém levasse a busca da felicidade a sério, ele se drogaria, e não com remédios ou substâncias de efeito incerto e insuficiente: só crack ou heroína - tiros certos. O que resta é a felicidade como tentação, como uma vontade de cair fora, compreensível quando a vida nos castiga muito. Fora isso, minha aspiração dominante não é a de ser feliz: quero viver o que der e vier, comédias, tangos e também tragédias -quanto mais plenamente possível, sem covardia.

Meu ideal de vida é a variedade e a intensidade das experiências, sejam elas alegres ou penosas. Há indivíduos que pedem para ser medicados preventivamente, de maneira a evitar a dor de um luto iminente. É o contrário do que eu valorizo; penso como Roland Barthes: "Luto. Impossibilidade-indignidade - de confiar a uma droga - sob pretexto de depressão - o sofrimento, como se ele fosse uma doença, uma 'possessão' -uma alienação (algo que nos torna estrangeiros)- enquanto ele é um bem essencial, íntimo...". O trecho está na pág. 159 de "Diário de Luto", que acaba de ser publicado em português (WMF Martins Fontes, excelente tradução de Leyla Perrone-Moisés). São as fichas nas quais Barthes registrou sua dor entre outubro de 1977 (a morte da mãe) e setembro de 1979 (poucos meses antes de ele mesmo sofrer um atropelamento cujas consequências seriam fatais).

Logo nestes dias, um amigo meu, Paulo V., está perdendo seu pai. Ele me escreve, consternado, que "nada sobrar" do pai: uma cadeira vazia, gavetas de roupas e papéis e que mais? A lembrança se perderá com a vida do filho, que não lhe deu netos e de quem também nada sobrar. A resposta que encontro, para meu amigo, é uma questão: por que uma vida não se bastaria, mesmo que não sobre nada e, a médio prazo, ninguém se lembre?

Barthes se pergunta se ele estaria escrevendo "para combater a dilaceração do esquecimento na medida que ele se anuncia como absoluto. O - em breve - 'nenhum rastro', em parte alguma, em ninguém" (pág. 110). Mas suas anotações não são um monumento fúnebre para a mãe. Para Barthes, escrever é o jeito de abraçar a experiência, de vivê-la plenamente. Ele se revolta contra as distrações e as explicações consolatórias dos amigos; recusa as teorias que lhe prometeriam um bom decurso de seu luto ("Não dizer luto. É psicanalítico demais. Não estou de luto. Estou triste") e foge, embora a contragosto, das crenças que apaziguariam a dor ("que barbárie não acreditar nas almas - na imortalidade das almas! Que verdade imbecil é o materialismo!").

Enfim, Barthes chega quase a rezear que o luto acabe, como se, além da mãe adorada, ele temesse perder também, aos poucos, sua experiência dessa perda.

Meses depois da morte dos meus pais, havia momentos em que eu lamentava que meus afetos e pensamentos voltassem "ao normal", como se minha vida fosse mais pobre sem aquela dor. E havia outros em que, de repente, um detalhe me fisgava, até às lágrimas. Esses momentos eu acolhia com alegria.

Como Barthes anota, a dor do luto pode deixar de ser o afeto dominante, mas ela sempre volta, com a mesma

força: "O luto não se desgasta porque não é contínuo" (pág. 92). Falando em "detalhes" que figam, as anotações de Barthes reabriram a ferida de quando ele morreu, mais de 30 anos atrás. De que sinto mais falta? Do timbre de sua voz e de duas coisas que, de uma certa forma, faziam parte do timbre de sua voz.

Sinto falta de seu gosto pela inconsistência das ideias e dos saberes ("proporcionalmente à consistência desse sistema, sinto-me excluído dele", pág. 73). E sinto falta de sua coragem para falar a partir da singularidade de sua experiência, sem a menor pretensão de erigi-la numa generalidade que valha para os outros. Em suma, sinto falta dele, mas não é só que eu sinto falta dele, é que ele, ainda hoje, faz falta.

ccalligari@uol.com.br – Folha de São Paulo, setembro de 2011.

SEXO & SAÚDE

Maconha está ligada a câncer de testículos (JAIRO BOUER)

PESQUISA RECENTE divulgada pelo Icesp (Instituto do Câncer do Estado de São Paulo Octavio Frias de Oliveira) revelou que um em cada quatro casos de câncer de testículo dos pacientes do hospital acontece em homens que consomem maconha de forma regular.

Esse tipo de câncer acontece com maior frequência em jovens entre 17 e 35 anos e, se for tratado rapidamente, tem alta chance de cura. O tratamento, em geral, envolve a retirada do testículo acometido pela doença, a colocação de uma prótese e, ainda, tratamento com quimioterapia. O autoexame do saco escrotal é fundamental. O homem deve palpar seus testículos e, se perceber alguma alteração, como aumento do volume do órgão, dores, um nódulo (massa) ou uma sensação incomum de desconforto deve procurar um médico. Presença de sangue no esperma também merece atenção especial.

A maconha já havia sido relacionada, em pesquisas anteriores, com uma série de problemas para a saúde. Além de trazer riscos para boca, garganta e pulmões (em função de substâncias presentes na fumaça), ela também parece comprometer a fertilidade dos homens - por uma suposta ação sobre os hormônios ou sobre as células dos testículos. Isso sem falar no aumento de distúrbios psiquiátricos atribuídos ao uso da maconha, como ataques de pânico e desencadeamento de quadros psicóticos em pessoas com algum tipo de predisposição. O fato de a droga ser defendida por muitos como sendo "natural" (já que vem de uma planta) não significa que não traga impactos para a saúde e para o comportamento.

Cigarro, cocaína e heroína também vêm de plantas. E cigarro é o grande responsável pela maioria dos casos de câncer de pulmão em todo o mundo. Apesar de que a maioria dos homens que fuma maconha provavelmente não enfrentará um câncer de testículo, o que a pesquisa do Icesp sugere é que não fumar maconha pode ajudar a prevenir esse tipo de doença. É isso!

jbouer@uol.com.br – Folha de São Paulo, setembro de 2011.

Gisele (MARTA SUPLICY)

POR ACHAR que o anúncio de lingerie com Gisele Bündchen é preconceituoso e discriminatório, a Secretaria de Políticas para as Mulheres pediu sua saída do ar. O Instituto Patrícia Galvão diz não passar de estratégia para criar constrangimento e a propaganda ser mais vista e falada, o que de fato já está acontecendo, como atesta esta coluna e outras.

De manhã, vi a foto de Gisele de biquíni. Minha reação imediata foi: "Que beleza!". Pose natural, solta, sutiã e calcinha normais. Poderia estar na praia que estaria mais vestida que qualquer outra. Logo percebi que se tratava de algo mais. Uma polêmica. Fui ver na internet. Vi Gisele com shortinho de ir ao supermercado e ela diz: "Amor, estourei meu cartão de crédito". Carimbo de "Errado". Com lingerie azul básica, mas com Gisele dentro nada é básico, declara: "Amor, estourei meu cartão de crédito e o seu também". "Certo". O texto varia em três tons, pregando a sensualidade como arma.

Em off, ouve-se: "Você é brasileira, use seu charme". A crítica refere-se ao reforço dado ao estereótipo que todos combatemos: exploração da subserviência ligada à sexualidade. Muitas são as formas femininas de se posicionar no mundo machista, nas diferentes áreas de trabalho e no privado. Existem as "armas femininas", além da sensualidade, como a percepção mais sensível e perspicaz da vaidade, do medo, da intolerância que fazem frequentemente da mulher uma interlocutora mais hábil.

Por que ela não utilizaria, do jeito que as coisas são e enquanto durarem, uma das mil qualidades e possibilidades que tem? Quão bom seria se, em vez de propagandas que põem uma âncora no nosso pé, não utilizassem a imagem de Gisele, que é uma mulher independente, para mostrar o mundo novo e engraçado que essas mulheres estão criando. Gisele pode pagar seu cartão de crédito e de quantos maridos tiver. Com a criatividade do quilate da peça em debate e sem estereótipos machistas, poderiam vender até mais calcinhas e sutiãs. O que

certamente ajudaria a reforçar, cada vez mais, de forma positiva, esse gigantesco mercado feminino de consumo.

Falta um olhar para essa nova mulher, falta ousadia, falta ajudar a chegar no século 21. Continuando, mude a Gisele para um bonitão. Vejamos: talvez na primeira cena ele teria de vir de bermuda mal ajambrada, com um copo de cerveja e, nesse momento, apareceria "Errado". Depois, ele apareceria como? Um bonitão, um cara de inteligente, de gentil/doce, de intelectual... Ih! A mulherada é bem mais complexa. Este novo comercial, no masculino, não daria certo. Preconceito?

MARTA SUPLICY escreve aos sábados nesta coluna. **Folha de São Paulo, setembro de 2011.**

Globo muda cobertura para seduzir população carioca (MARCELO SALLES)

A TV Globo apresentou mudanças significativas, principalmente no RJ. A emissora ganhou uma aparência "social", dando espaço p/ parcelas pobres da população. Para especialistas, contudo, a transformação mira a desmobilização do povo diante das violações de direitos provocadas pelos megaeventos previstos p/ esta década



ESTÁ SERÁ a década dos megaeventos no Rio de Janeiro. A Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 se somam aos Jogos Mundiais Militares (2011), às obras na área portuária (em andamento) e ao Ano da Juventude Católica Mundial (2013). Para tanto, a cidade receberá investimentos bilionários. Ou melhor, investimentos bilionários serão realizados, mas eles não se traduzirão, necessariamente, em benefícios para toda a população. Por vezes, ocorre justamente o contrário: as pessoas são prejudicadas pelas obras, são expulsas de casa e sofrem com a repressão policial.

"Numa sociedade de classes como a nossa, se melhorar para um lado vai piorar para o outro. É impossível a conciliação com o abismo social em que a gente vive", avalia Adriana Facina, antropóloga e professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Além da violação do direito à moradia, ela ressalta a segregação causada pelos altos custos do transporte público: "As pessoas ficam cada vez mais confinadas em seus cantos, perdem mobilidade, e isso impede associações de grupos, de coletivos, que são os que podem canalizar protestos e transformações sociais".

No rol dos impactos que já estão sendo causados pelos megaeventos está a "militarização das áreas pobres", na opinião da socióloga Vera Malaguti. Além dos despejos forçados, ela ressalta outra violação concreta dos direitos de quem vive nessas regiões da cidade: o mandado de busca coletivo, cuja figura jurídica não existe. "As pessoas são revistadas na entrada e na saída da favela, as casas são revistadas. Esse é o projeto olímpico da prefeitura do Rio de Janeiro e do governo do estado do Rio de Janeiro", critica Vera, que é secretária-geral do Instituto Carioca de Criminologia e autora de diversos estudos sobre o tema

A socióloga faz uma analogia com políticas introduzidas no século passado. "Nós estamos voltando para o recolhimento da população de rua, um mundo de ações que remetem a um embate histórico no Rio de Janeiro, do lacerdismo, Pereira Passos, de trabalhar a pobreza como um detrito, como algo que atrapalha a imagem. E por outro lado você não tem um projeto educacional, tanto que o Rio de Janeiro é o penúltimo estado do país em termos de resultados na educação", pondera.

As duas pesquisadoras elencam, ainda, as sucessivas privatizações do espaço público como responsáveis pelo atual estado de coisas. Vera cita a expulsão de pessoas em situação de rua em Ipanema para dar lugar a tendas promocionais de corporações transnacionais, como a Renault, que recentemente patrocinou um evento de surfe. "Na verdade, estamos além do processo de privatização. É tão grande a mistura dos interesses privados com o público, que o público perdeu o sentido. Quer dizer, o bilionário Eike Batista é chamado para limpar a Lagoa Rodrigo de Freitas. Agora também tem a influência da Fifa. Até tenho observado que o governo federal tem dado uma travada nisso." Recentemente, o governador Sérgio Cabral (PMDB) foi questionado publicamente por ter viajado num jato privado de um empresário que mantém interesses em contratos com o governo do estado. O fato o levou a elaborar uma norma de conduta ética para todos os servidores públicos. Inclusive ele.

O papel da imprensa

Denúncias como essas têm sido publicadas, pontualmente, em alguns veículos de comunicação. Porém, ainda que seja possível encontrá-las em jornais de grande circulação, a maior cobertura tem sido dos meios alternativos. Um

Prof. Lucas Rocha

bom exemplo foi a entrevista concedida pelo vereador Eliomar Coelho (PSOL) ao site Viomundo, em que ele relata uma série de despejos forçados e a dificuldade que está encontrando em organizar uma CPI das Remoções. Ao *Le Monde Diplomatique Brasil*, ele explica que esses despejos são acompanhados de ameaças e muita truculência. “A indenização, na maioria das vezes, é muito abaixo do valor correspondente do imóvel, e a opção de morar num dos imóveis do Minha Casa, Minha Vida não é ideal, pois são muito distantes da residência original e em locais sem acesso a saúde e escola e com transporte precário.” E cita quatro favelas que estão sendo vítimas dessa postura da atual administração municipal: Vila Recreio II, Vila Autódromo, Metrô Mangueira e Vila Harmonia.

“O que mais me impressiona é que no Rio de Janeiro estávamos lutando contra as privatizações. Hoje o setor público já está completamente capturado pela lógica privada, em que os pobres são uma espécie de estorvo na cidade. Então você produz paredes acústicas, muros... E o que a grande mídia fez foi criar consenso, porque se você falasse dessas coisas dez ou vinte ou trinta anos atrás existiria uma rede enorme de resistência. Agora isso é completamente sufocado. Agora o morador faz uma denúncia, o morador aparece na televisão, então aquilo parece um grande feito, ele está aparecendo, e depois prontamente tem o retorno do serviço público, mas isso não é capaz de produzir outro projeto de cidade, que aproveite os megaeventos em benefício do povo do Rio de Janeiro. É uma cooptação que conduz a uma resposta pontual ou para algo policiaisco, que não vai nos levar a lugar nenhum.”

Vera Malaguti, socióloga e secretária-geral do Instituto Carioca de Criminologia.

Concessões a contragosto

Para a antropóloga Adriana Facina, as concessões feitas pelo *RJTV* foram “arrancadas”. Em sua avaliação, essa maior participação popular se deve a dois motivos: o primeiro é o avanço de movimentos sociais; o segundo, uma questão mercadológica.

“Não dá mais para ficar representando a favela só como lugar de bandido. Por um lado, você tem organizações que vão contra isso. Por outro, tem o reconhecimento de que a população favelada vê televisão, tem acesso à internet e à TV por assinatura, ainda que de forma precária, então é uma busca de mercado também”, comenta Adriana, enfatizando a concorrência da TV Record, cuja audiência vem crescendo nessa parcela da população.

Já na televisão e no rádio, veículos de comunicação de massa, rareiam as denúncias de violações ligadas aos megaeventos. A questão que se impõe é: de que forma as corporações de mídia estão se movimentando na década dos megaeventos? A TV Globo, maior empresa do maior grupo de comunicação brasileiro, apresentou mudanças significativas em sua programação este ano. Primeiro, seu slogan mudou de “A gente se vê por aqui” para “A gente se liga em você”. No início de agosto, o conglomerado publicou aquilo que chamou de “princípios editoriais”, incluindo uma série de normas e regras para todos os veículos jornalísticos do grupo. Até os “direitos humanos” foram incluídos nos objetivos.

Em junho, o telejornal local do Rio de Janeiro, o *RJTV*, inaugurou um quadro chamado “amigos do RJ”, no qual repórteres “sociais”, ou seja, pessoas de bairros populares ou favelas, enviam suas próprias reportagens. Foi aberto um espaço de denúncia (ou de reconhecimento de ações) que antes não existia: é o buraco na rua, as campanhas educativas de reciclagem feitas por moradores, os atendimentos na área da saúde. Também foi perceptível como casos de violência contra a população favelada ganharam mais espaço, como o assassinato por policiais do menino Juan e o caso do Morro do Bumba, que ficou destruído após as chuvas em abril do ano passado (cenas de policiais usando spray de pimenta contra a população foram repetidas várias vezes).

José Arbex Jr., professor de jornalismo da PUC-SP, não acredita numa mudança substancial na abordagem da Globo. Para ele, o que existe é uma tentativa de ganhar credibilidade. “Ao denunciar um buraco na rua, uma empresa de comunicação ganha maior aceitação por parte dos telespectadores. É um processo de sedução. Mas a ideologia é vendida junto com o pacote de ‘utilidade pública’. A denúncia do buraco vem embalada pela publicidade e propaganda, e é apresentada com uma carga ideológica determinada. Assim, o buraco na rua nunca será o resultado de uma política histórica de apropriação do Estado pelas elites, nunca será denunciado como um resultado perceptível do abandono neoliberal das obras públicas, mas será, no máximo, apontado como fruto de uma má administração regional ou da prefeitura. A desinformação acontece mascarada de informação”, avalia. “E, claro, tudo funciona como na história do Drácula: uma vez que você abriu a porta de sua casa para o vampiro, ele entra e controla o ambiente. A mídia patronal funciona assim, mediante a sedução”, complementa.

A professora da UFF também enxerga uma crise de representação dos veículos de comunicação da mídia grande. "Acho que essas concessões ocorrem muito a contragosto. Uma coisa pragmática mesmo, para não perder público, uma necessidade de ver essa parte da população representada, para ampliar sua base política", analisa.

Adriana, que recentemente concluiu uma pesquisa com centenas de moradores de favelas do Rio de Janeiro, conhece bem essa realidade. Ela percebe que há um esforço da Globo em se aproximar da experiência cotidiana da maioria das pessoas que vivem em áreas pobres do estado. É a metamorfose do slogan "A gente se vê por aqui" para o "A gente se liga em você", o que denota um esforço da empresa em ir atrás do telespectador, em vez de ficar esperando que ele apareça.

Dentro dessa estratégia, ressalta a professora, o espaço aberto aos "repórteres sociais" é restrito a questões pontuais. "Não é uma questão de transformação política mais global, é uma questão de má administração pública. Mas a voz não é dada aos coletivos que se organizam. São sempre indivíduos, instituições privadas, ONGs, iniciativas como o Criança Esperança, que vão promover aquelas mudanças pontuais. Acho que essa é a estratégia", complementa.

Combate à organização popular

Vera Malaguti concorda com a avaliação de que o espaço franqueado aos "repórteres sociais" é destinado a questões pontuais. Além disso, nenhum dos casos levados ao ar até o momento diz respeito às violações decorrentes das obras para os megaeventos. "A denúncia nunca vai no sentido de fortalecer uma organização de moradores para lutar por projetos. É uma maneira de despolitizar, o grande olho vai agenciando e direcionando essa demanda. Por exemplo, o que aconteceu no Rio de Janeiro depois das chuvas do ano passado? Nada. As denúncias se transformaram em fatos policiaiscos, alguém é preso espetacularmente ou é deposto. É uma onda de criminalização que quase impede que as pessoas se organizem, e se elas conseguem se organizar ou se já estão organizadas isso não é noticiado."

Em abril de 2010 e no início de 2011, o Rio de Janeiro foi atingido por fortes chuvas que provocaram deslizamentos de encostas e puseram inúmeras casas abaixo. Milhares de pessoas ficaram desabrigadas e centenas morreram. Só no Morro do Bumba, em Niterói, foram 47 mortos. A região serrana do estado ficou arrasada, e cerca de novecentas pessoas morreram.

"A cobertura que a imprensa fez das chuvas não produz mudanças nem melhorias", critica Vera. "Eu vejo o estado igualzinho ao que era antes das chuvas. Teve uma obrinha aqui, outra ali, é como se fossem medidas individualizantes de denúncias. Esse discurso esconde os movimentos sociais que estão denunciando as remoções e dá visibilidade a quem aponta: 'Olha, tem um buraco aqui'. Mas qual é o projeto para a Baixada Fluminense? Como os moradores da Baixada, os prefeitos da Baixada, as organizações políticas estão se mobilizando? O que vai ao ar são movimentos policiaiscos que não conduzem a novos caminhos, para que essas demandas sejam coletivas, que são as únicas que podem transformar uma cidade."

Os grupos sociais organizados a que se refere Vera, como o MST e a Rede contra a Violência, raramente são chamados a opinar e frequentemente são apresentados à sociedade como baderneiros, ou mesmo criminosos. São os grupos que se organizam para exigir que o governo do estado tenha um projeto de reconstrução, em que as pessoas que estavam nos locais das chuvas do ano passado, por exemplo, não sejam responsabilizadas por sua própria tragédia. "Também tem todo um discurso de 'olha como a classe política é corrupta', o que não leva a cidade a se transformar no bom sentido, com base na organização coletiva. Então é uma falsa rede social produzida com uma captura dessa inconformidade, desses problemas pontuais, que poderiam produzir uma organização popular efetiva", afirma a socióloga.

Vera reforça ainda a questão mercadológica. "Sabemos que hoje o que sustenta a economia mundial são exatamente essas classes populares nos países ascendentes, e o Brasil é um exemplo disso", diz, lembrando que a TV Record apresenta um discurso mais popular. "[Esse discurso] é revestido de denunciismo, alcaguetação, num sentido individualizante e despolitizante. A televisão é uma grande aliada desses grandes negócios em que se transformaram os megaeventos", analisa.

A continuar nesse ritmo, as denúncias de violações de direitos humanos poderão continuar pipocando aqui e ali, nesse ou naquele veículo de comunicação, antes, durante e depois de cada megaevento que o Rio de Janeiro sediará nesta década. Mas será que o espaço concedido pelos meios de comunicação de massa, em sua atual configuração, será suficiente para que se consolide uma consciência crítica capaz de dar um basta a essas violações?

MARCELO SALLES é jornalista. **Le Monde Diplomatique**, outubro de 2011.

Fora do lugar (TORY OLIVEIRA)

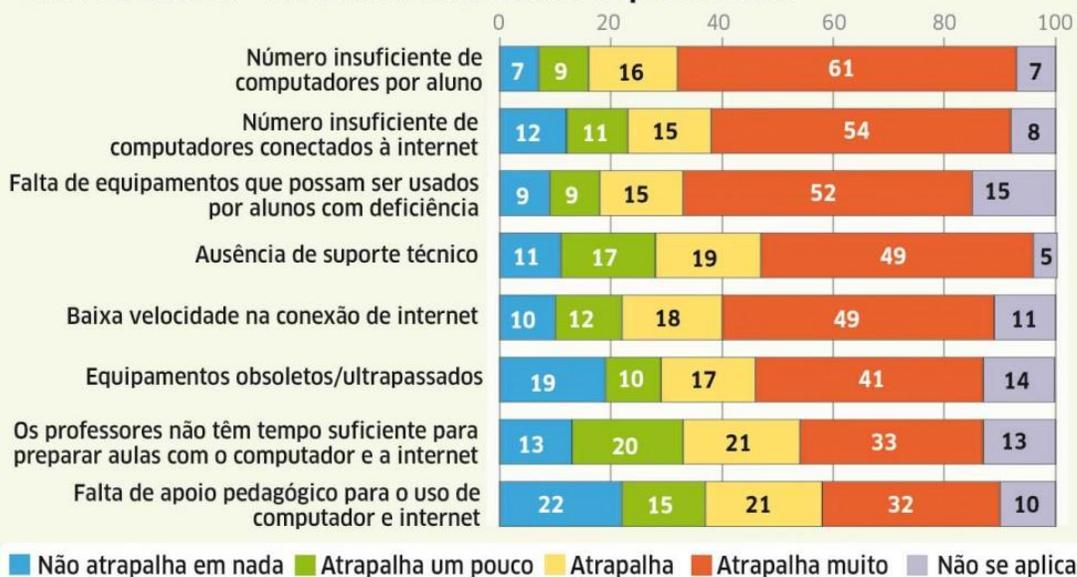


TODAS AS escolas públicas estaduais e municipais estão equipadas com ao menos um computador, 92% dos quais com acesso à internet. Mas, apesar de ter chegado às instituições de ensino, a tecnologia está longe da maioria das salas de aula e, pior, é vista como intimidadora por boa parte dos professores. A revelação é de uma pesquisa inédita conduzida pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (Cetic.br), órgão do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), que envolveu 1.541 professores, 4.987 alunos, 497 diretores e 428 coordenadores pedagógicos de 497 escolas de todas as regiões do País.

Entre os entraves para o uso e a apropriação das novas tecnologias, o estudo indica o número insuficiente de equipamentos por aluno, a baixa velocidade da conexão e o próprio contexto do professor (muitas vezes sobrecarregado e mal capacitado). "A infraestrutura chegou à escola, mas precisa avançar", avalia Juliano Cappi-, coordenador de pesquisas do Cetic.br.

O que dificulta o uso da tecnologia na escola

Lista de fatores - Porcentual sobre total de professores



Fonte: Cetic.br

Das instituições, 81% possuem laboratórios de informática e apenas 4% têm computadores instalados na sala de aula. Contudo, é nela que acontecem 18% dessas atividades. Ou seja, há, segundo o pesquisador, uma "demanda reprimida" dos docentes pela presença da tecnologia nas classes. Apesar de reconhecer a importância dos laboratórios, Cappi faz a ressalva de que talvez seja a hora de reavaliar tal política.

A insegurança ao lidar com a tecnologia foi um fator mencionado por grande parte dos professores de português e matemática (perfil escolhido para participar da pesquisa). Ainda que 90% deles possuam computador em casa e 41% levem o equipamento pessoal para a escola, mais da metade (64%) sente que os alunos dominam melhor as ferramentas. Outros 24% afirmam que não sabem o suficiente para usar a máquina na aula e 15% têm receio de utilizar a internet de modo geral.

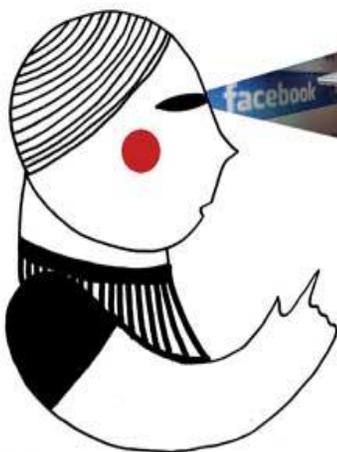
A questão geracional ainda conta: 84% dos professores em atividade hoje na Educação Básica não são nativos digitais, apesar de 48% terem feito cursos específicos de informática. "O professor percebe que sua habilidade ainda

pode melhorar”, explica Cappi. “O docente passou 30 anos trabalhando com lousa e giz, ele precisa ter tempo para pesquisar, discutir, preparar aulas e começar a incorporar novas iniciativas”, opina o pesquisador.

Apresentados à Secretaria de Educação Básica do MEC em agosto, os dados da pesquisa – que na próxima edição deverá incluir escolas particulares – devem servir de base para a construção de novas políticas públicas. Todos os dados estão em <http://cetic.br/educacao/2010/>.

TORY OLIVEIRA faz jornalismo na Cásper Líbero e é repórter das revistas Carta na Escola e Carta Fundamental. **Carta na Escola**, setembro de 2011.

Alunos e professores amigos no Facebook? (TORY OLIVEIRA)



OS PROFESSORES são o novo alvo do Facebook, rede social que, com sete anos de vida, reúne pelo menos 750 milhões de usuários em todo o mundo – no Brasil eram 6 milhões em 2010, data do último dado oficial. De olho no universo escolar, a empresa de Mark Zuckerberg criou uma espécie de “manual de uso”.

Gratuito para download, o guia Facebook for Educators (disponível ainda apenas em língua inglesa) traz 18 páginas com orientações e possibilidades de uso em sala de aula elaboradas por dois consultores em educação e tecnologia, Linda Fogg Phillips e Derek Baird, além do psicólogo BJ Fogg. A proposta chega no momento em que as questões ligadas à internet estão em efervescência na escola. Afinal, as redes sociais devem ou não ser usadas para fins educativos?

A polêmica é grande. Inclusive, em países com altíssima difusão das redes sociais, como os Estados Unidos. Para se ter uma ideia do imbróglio, o estado norte-americano do Missouri aprovou uma controversa lei que, em tese, restringe a interação entre professores e alunos em redes sociais. Apelidado de “Ato Amy Hestir de Proteção ao Estudante”, a lei proíbe que professores mantenham conversas on-line não públicas com alunos, como acontece no chat do Facebook ou via Direct Message no Twitter, por exemplo.

No Brasil, o terreno também é arenoso, já que ainda não existe uma legislação específica para a internet. No caso das redes sociais, há um contrassenso. Embora seja comum professores “adicionarem” seus alunos – e vice-versa –, na maioria das escolas Facebook, Orkut ou MSN são programas bloqueados. É possível ignorar que essa comunicação exista e separá-la do ambiente escolar? “Vivemos em uma sociedade em que estar conectado é parte da vida de todas as pessoas. A aproximação entre alunos e professores nesse contexto é possível e válida, mas é preciso pensar que tipo de relação estabelecer. Afinal, a mediação da relação entre professores e alunos é profissional”, aponta Lilian Starobinas, doutoranda da Faculdade de Educação da USP e pesquisadora da Escola do Futuro. A especialista acredita que as redes sociais podem ser usadas como ferramentas pedagógicas. Além de ajudar os alunos a fazer uso consciente da rede, o professor poderia encontrar maneiras de agregar valor educacional ao uso da rede social, como, por exemplo, a criação de um perfil de personagem histórico no Facebook para interagir com os alunos.

O GUIA

Dividido em sete capítulos, o manual traz orientações que vão desde a elaboração de uma política específica para uso de redes sociais na escola até explicações que desmistificam o funcionamento da rede. No documento é possível encontrar informações detalhadas sobre o que é “perfil”, “página” e “grupo”, além de orientações sobre configurações de privacidade. De acordo com Linda Phillips, autora também de Facebook for Parents (Facebook para Pais), “a necessidade de um guia específico que abordasse as preocupações dos educadores e ensinasse como utilizar o Facebook dentro do processo educacional era óbvia”. Lilian Starobinas ressalta que o professor precisa saber claramente a maneira de atuar nas redes sociais: “Conhecer tanto a dinâmica dos relacionamentos quanto da circulação da informação”.

REGRAS NA REDE

Conhecer melhor ferramentas como o Facebook é uma preocupação das escolas que estão buscando se conectar com as novas tecnologias. Renata Americano, coordenadora pedagógica do Fundamental I da Escola Viva, conta que, principalmente no caso dos alunos mais novos, a instituição particular localizada em São Paulo recomenda ir com calma. "A gente não tem como gerenciar tudo isso", explica.

A necessidade de se interar sobre as redes sociais levou a escola a buscar uma consultoria jurídica no assunto. Além de conversar com os pais dos alunos, a recomendação estabelecida foi que os professores não adicionassem alunos como "amigos" em seus perfis pessoais – para os que já haviam feito isso, o pedido foi que removessem os alunos da rede de amizades virtuais. Segundo a coordenadora, a medida é cautelar. "Não somos contra a tecnologia, mas o Facebook ainda é um espaço que estamos tentando entender", esclarece.

Também localizada em São Paulo, a escola Stance Dual optou por não restringir a interação de professores e alunos via rede social. A escola trabalha com ferramentas da internet e costuma realizar atividades com os estudantes nesses espaços há cinco anos. Apenas o MSN é bloqueado. No começo do ano, foram comprados 26 laptops para serem usados também dentro da sala de aula. Por conta disso, a escola realizou um treinamento com todos os professores, orientando-os sobre o uso das ferramentas disponíveis na rede. "É uma forma de os professores também participarem dessa formação do aluno", defende Cláudia Mandaio, assistente de tecnologia de informação da instituição.

Apesar de não ser uma política oficial, a coordenação da Stance Dual apenas recomenda que os professores criem perfis específicos para se comunicarem com os alunos no ambiente virtual, o que evitaria a exposição da vida pessoal do educador. Foi o que fez a professora de Teatro, Barbara Araújo, ao adotar a ferramenta como suporte para a construção do roteiro de uma peça teatral. A princípio, as duas turmas do 9º ano do Ensino Fundamental optaram por escrever o roteiro com a ferramenta de edição de texto oferecida pelo Google – o Google Docs. Entretanto, como não tinham o costume de utilizar o Docs, os estudantes acabavam não interagindo entre si ou com a professora. A solução partiu de uma aluna, que sugeriu o Facebook. Depois de criar um perfil só para a função, Barbara criou um grupo- para as classes. "Todo mundo pode escrever, participar e editar, vira um texto realmente coletivo", analisa. Além disso, a professora aponta que o uso do Facebook agilizou a produção: "Antes precisava digitar, ler, imprimir. No Facebook eu tenho a resposta na hora, porque os alunos estão sempre lá". No entanto, a educadora admite que a experiência não teria sido tão positiva, caso ela tivesse compartilhado seu perfil pessoal. "O Facebook ainda é um jogo entre o público e o privado", reflete.

Como usar o Facebook

- *Baseado em compartilhamento de informação e comunicação, permite controlar o acesso ao seu perfil. Basta clicar em "Conta", "Configuração de privacidade" e escolher quem pode visualizar seus dados pessoais, o que você posta no mural ou suas fotos.*
- *Nesta mesma seção, é possível tornar o controle mais específico e escolher quais tópicos todos podem ver (por exemplo, informações de contato como e-mail) e quais você gostaria que ficassem privados (como fotos da família).*
- *Caso você adicione seus alunos em seu perfil pessoal, é possível controlar o que eles poderão visualizar do seu perfil. Existe uma ferramenta para impedir pessoas específicas de interagirem com você ou de ver suas informações no Facebook. Clique em "Conta", "Configuração de Privacidade" e "Listas de Bloqueio".*
- *O controle também funciona sobre quem pode "marcar" suas fotos ou posts. Se você não deseja que a marcação apareça, remova-a da foto e do vídeo. Isso também impede que ela apareça em seu perfil.*
- *A rigor, apenas maiores de 13 anos podem criar uma conta no Facebook. A regra também vale para o Brasil. É possível denunciar a existência de perfis com idades falsas por meio de um link disponível dentro da rede social. Uma vez denunciado, o perfil fake é deletado pela empresa.*
- *Até o usuário completar 18 anos, o perfil funciona de maneira ligeiramente diferente – ele não aparecerá em resultados de busca pelo nome da pessoa em sites como o Google e suas atualizações só poderão ser vistas pelos amigos ou amigos de amigos.*

TORY OLIVEIRA faz jornalismo na Cásper Líbero e é repórter das revistas Carta na Escola e Carta Fundamental. **Carta na Escola**, setembro de 2011.

Dilma presidenta (MARIA RITA KEHL)

Muito mais significativo diante do profundo conservadorismo brasileiro do que ser governado por uma mulher é ter uma presidente que conheceu, por dentro e na pele, a violência e o arbítrio da ditadura militar. A característica mais marcante da presidente é sua longa trajetória como militante radical de esquerda.

QUE DIFERENÇA representa para o Brasil a eleição, pela primeira vez na nossa história, de uma presidente mulher? No plano simbólico, é evidente que a escolha de Dilma Roussef revela a ausência, ou pelo menos a irrelevância dos preconceitos sexistas na determinação do voto de grande parte dos brasileiros. Também não houve, em público, manifestações machistas em reação aos primeiros problemas enfrentados pela presidente. Passados quase oito meses desde a posse, os recentes escândalos em alguns ministérios, os primeiros sinais de inflação e o risco de desaceleração econômica provocaram uma queda de oito pontos na aprovação da presidente, que ainda assim continua mais alta do que a de todos os seus antecessores em início de governo, desde a volta das eleições diretas.

Grosso modo, a escolha de Dilma parece ter sido mais pautada por razões políticas e interesses de classe do que pelo imaginário de gênero. Se assim foi, o mérito é todo dela. Durante os oito anos de seus dois governos, o presidente Lula perdeu grandes oportunidades de politizar os eleitores ao definir a relação necessariamente conflituosa entre a sociedade e seus governantes a partir de metáforas ligadas à vida familiar. Fiel ao seu estilo de homem cordial, na acepção de Ribeiro Couto/ Sérgio Buarque de Hollanda, Lula desde o início se apresentou como pai dos brasileiros. Antes da campanha de 2010, já apresentava sua futura candidata como a "mãe do PAC". Dilma comprou o rótulo por conveniência, mas teve o mérito de não encarnar o estereótipo maternal que faria par com o estilo carismático e paternalista de Lula.

Quanto à identificação de Dilma com as causas feministas, vale lembrar que a presidente, em toda sua longa trajetória política – se contarmos desde os anos de militância no grupo Var-Palmares, na década de 1970 – nunca foi uma típica militante feminista. Como outras raras mulheres independentes de sua geração, as opções políticas da jovem Dilma Roussef pautaram-se antes por causas universais – liberdade, igualdade, socialismo – do que pelas lutas de gênero que, no Brasil, só se tornaram mais expressivas depois da derrota da luta armada. Quando as pioneiras das causas feministas começavam a levantar suas bandeiras, por aqui, a militante "Wanda" estava na cadeia.

Os preconceitos sexistas mais pesados contra ela surgiram durante a campanha, não por parte de eleitores, mas dos adversários políticos. O modo violento como a campanha de José Serra tentou explorar a polêmica sobre o aborto, a meu ver, não teria sido o mesmo com um candidato homem. Ao tentar caracterizar a possível simpatia de Dilma pela legalização do aborto como um grave delito de opinião, Serra apostou na convicção popular de que a mulher que não criminaliza o aborto é um monstro que mata criancinhas. Dilma não enfrentou a polêmica com a seriedade que o caso exigia, mas pelo menos não desceu tão baixo. Em todo caso, nunca saberemos até onde a oposição teria chegado se a notícia de um suposto aborto de Mônica Serra não tivesse vindo à baila.

Outro preconceito que se manifestou durante a campanha foi o de que sendo mulher, a candidata não teria pulso firme para segurar os "radicais do PT". Que saudades do tempo em que o PT contava com alguns radicais a incomodar a geléia geral do Congresso. No atual estado da arte, o governo Dilma corre mais risco de se descaracterizar em função do excesso de aliados ao centro e à direita do que pela pressão de supostos radicais à esquerda. Além do onipresente PMDB, com sua prática de toma-lá-dá-cá que já se incorporou ao folclore político do jeitinho brasileiro, a barca do governo terá que acolher agora os interesses do novo PSD, criado pelo prefeito de São Paulo para abocanhar cargos e supremacias junto ao governo Federal.

Será mais difícil a uma mulher defender-se da sedução e da chantagem de tais aliados? Não parece. Dilma já sabe que, com amigos assim, ninguém precisa de inimigos. A recente faxina (trabalho de mulher?...) executada pela presidente no Ministério dos Transportes, seguida do embate com a "banda podre" do PMDB a fim de eliminar os cabides de emprego na Agricultura e a corrupção no Turismo, provocaram, como sempre, ameaças de perda de apoio por parte da base dita "aliada". A forma mais dura com que a primeira mulher presidente do Brasil tem se posicionado frente à chantagem de tais aliados também pode ser explicada pela consciência da desvantagem de seu estilo pessoal em comparação com o carisma popular que permitiu ao presidente Lula ser leniente com a corrupção sem perder prestígio entre eleitores, nem (conseqüentemente) apoio entre a classe política.

Na via oposta, penso que os preconceitos favoráveis a uma candidata mulher também não ajudam a politizar o debate. Seria uma presidenta mais apta a "cuidar com zelo maternal" de seu povo? Escolho ao acaso exemplos brasileiros que contrariam tal premissa. Entre as poucas governadoras brasileiras, temos Roseana Sarney, filha de cacique político que governa o Estado com o pior IDH do país. No sul, ex- governadora Ieda Crusis, em 2009, colocou o aparato militar da PM do Estado para intimidar os participantes da festa dos 25 anos do MST. Maternais? Protetoras dos fracos e oprimidos? No Senado, basta mencionar o estilo fálico de Catia Abreu, ativa defensora dos direitos do agro negócio contra os ambientalistas que tentam preservar o que restou das florestas do Mato Grosso e em parte da Amazônia legal.

A própria Dilma, se fosse mais "maternal", teria defendido com maior firmeza a qualidade de vida dos operários da Usina de Jirau, submetidos a condições sub humanas no canteiro de obras da Camargo Correia. Ou tentaria conciliar a brutal agenda desenvolvimentista com medidas efetivas de preservação da natureza, em prol da saúde das próximas gerações. O compromisso com as causas feministas poderia levar Dilma Roussef a se manifestar de maneira mais clara no debate sobre a descriminalização do aborto, mas parece que o escândalo que se promoveu em torno do assunto, durante a campanha, contribuiu para transformar o aborto numa espécie de tabu político para a

atual gestão.

Outras questões relativas à saúde das mulheres, no entanto, ainda podem ser contempladas no governo Dilma. Os casos mais óbvios seriam novas políticas de proteção à maternidade, com ênfase no amparo às mães adolescentes. Além disso, toda e qualquer melhoria no atendimento à saúde de maneira geral beneficiaria as mulheres, acostumadas a cuidar não apenas da saúde dos filhos, mas também de pais, sogros e maridos. Ainda há tempo para esperar da primeira mulher presidente do Brasil medidas que diminuam a desigualdade de gênero no país, sobretudo nas classes mais baixas.

Essa esperança deve-se ao fato de Dilma, em sua trajetória pessoal e política, ter escolhido as alternativas progressistas que se apresentaram à sua geração. Afinal, a característica mais marcante da presidente é sua longa trajetória como militante radical de esquerda. Este segundo aspecto de sua biografia coloca o país diante de um fato espantoso, bem menos alardeado na imprensa: o de que há menos de quatro décadas, a atual chefe das Forças Armadas estava pendurada no pau de arara em uma dependência clandestina desse mesmo Exército, seminua, a levar choques elétricos, pancadas e socos até o limite da exaustão, em consequência de sua participação na luta contra a ditadura. Ali, segundo entrevista concedida em 2009 para o blog do Luis Nassif, a militante "Wanda" aprendeu a "mentir adoidado" para defender os companheiros que ainda estavam em liberdade. Ali, freqüentemente perdeu a noção de tempo entre uma sessão e outra, jogada sem roupas no chão de um banheiro frio para refletir melhor se não seria o caso de "tomar juízo" e delatar alguém. O pior da vida no presídio, disse Dilma na entrevista, eram os períodos de espera, sem saber quando e como seria o próximo round com os torturadores.

Por conta deste episódio, Dilma Rousseff conhece o valor inestimável da solidariedade entre companheiras de prisão, homenageadas por ela em um dos momentos mais emocionantes da festa da posse. "Devo grande parte de ter superado (...) e agüentado (a tortura) às minhas companheiras de cela", declarou Dilma a Luis Nassif na entrevista de 2009, ao mencionar o recurso inteligente e corajoso inventado por elas para "dessolenizar" o medo da tortura através do humor. Cada vez que uma prisioneira era levada para o interrogatório, as outras piscavam um olho cúmplice e ironizavam: "não se preocupe, companheira. Se você for torturada a gente denuncia..."

Graças ao que aprendeu com essa experiência, se é que se pode escrever "graças" num caso assim, Dilma teria desenvolvido a capacidade de manter sangue frio diante do torturador, a calcular o que podia ser dito porque já era sabido e o que deveria ser calado com falsa tranqüilidade, sem nunca afrontar o inimigo para não aumentar sua fúria. Por ironia, não do destino, mas da política, é possível que o exercício democrático do poder venha a exigir que a presidente recorra, no presente, aos mesmos recursos de resistência que soube desenvolver em sua sinistra temporada nos porões da ditadura. Astúcia e sangue frio podem lhe valer mais do que a força, nas inúmeras vezes em que for encostada contra a parede pelos aliados do governo, caso decida permanecer menos leniente com a corrupção e com o cinismo palaciano do que seu antecessor cordial.

Muito mais significativo diante do profundo conservadorismo brasileiro do que ser governado por uma mulher é ter uma presidente que conheceu, por dentro e na pele, a violência e o arbítrio da ditadura militar. Nesse quesito, a posição tibia dos sucessivos governos brasileiros frente à ala conservadora do Exército envergonha o país diante do mundo, em particular a América Latina. De Dilma, que afinal decidiu-se a substituir o sinistro Nelson Jobim no Ministério da Defesa, espera-se uma posição decisiva a favor da abertura da investigação sobre os desaparecidos políticos do governo militar, assim como o apoio claro à decisão de tornar públicos os nomes dos assassinos e torturadores, praticantes de crimes de Estado não contemplados pela Lei da Anistia.

Ao fazer valer o direito das famílias dos militantes assassinados e desaparecidos, a presidente alcançaria também o efeito de prevenir a perpetuação dos assassinatos de jovens das periferias brasileiras por policiais militares a quem, até hoje, nenhum governante disse com firmeza que tais práticas não seriam mais admitidas por aqui. O Brasil foi o único país da América Latina que encerrou uma ditadura sem julgar publicamente nem punir seus torturadores. Indiretamente, os termos em que se negociou a lei da Anistia por aqui funcionaram como um aval para a perpetuação da violência do Estado. No livro *O que resta da ditadura* (org. Edson Telles e Vladimir Safatle, Ed. Boitempo) a procuradora Flavia Piovesan cita pesquisa feita pela norte-americana Kathryn Sikkink onde se revela que o julgamento dos crimes contra direitos humanos serve para fortalecer, e não para enfraquecer o Estado de Direito. Ainda segundo a pesquisa, depois do fim do período militar no Brasil, a violência policial tornou-se maior do que a praticada na Argentina durante a ditadura. De uma presidente que foi presa política por ter lutado em favor das liberdades democráticas se espera que atue decisivamente para condenar, no passado, e eliminar no presente, a violência dos agentes do Estado que a sociedade, envergonhada, acostumou-se a considerar como um traço indelével da "cultura" brasileira.

MARIA RITA KEHL é psicanalista, ensaísta e poeta, é autora do livro "A mínima diferença - o masculino e o feminino na cultura". **Site Carta Maior:** www.cartamaior.com.br, setembro de 2011.